

**Impresso
Especial**

9912175140/2007-DR/PR
IPARDES

...CORREIOS...



**GOVERNO DO
PARANÁ**

SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO GERAL

ISSN 0102-0374

Análise Conjuntural

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.31, n.1-2, janeiro/fevereiro 2009

sumário

- 3 A CRISE INTERNACIONAL E O ENCAIXE DO BRASIL: ENFOQUE MICRO E MACROECONÔMICO
Gilmar Mendes Lourenço
- 15 AS EXPORTAÇÕES PARANAENSES E A DESACELERAÇÃO MUNDIAL
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 18 A TERCEIRIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NO SUDOESTE PARANAENSE
Maria Saléte Zanchet
- 21 PARANÁ – DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 24 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 1 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347

Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: ipardes@ipardes.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

ÊNIO JOSÉ VERRI - Secretário

IPARDES

CARLOS MANUEL DOS SANTOS

Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH

Diretor Administrativo-Financeiro

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

Diretora do Centro de Pesquisa

DEBORAH RIBEIRO CARVALHO

Diretora do Centro Estadual de Estatística

THAÍS KORNIN

Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

ANÁLISE CONJUNTURAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor*)

Equipe

GILMAR MENDES LOURENÇO (*Economista*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

LÉIA RACHEL CASTELLAR (*editoração eletrônica*)

CRISTIANE BACHMANN (*revisão*)

LUIZA PILATI LOURENÇO (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

A CRISE INTERNACIONAL E O ENCAIXE DO BRASIL: ENFOQUE MICRO E MACROECONÔMICO

Gilmar Mendes Lourenço*

INTRODUÇÃO

O presente texto procura organizar alguns argumentos explicativos da gênese e dos desdobramentos da crise financeira internacional, discutir as saídas esboçadas e implementadas e descrever o inevitável encaixe do Brasil. As peculiaridades da atual etapa descendente do ciclo do capitalismo podem ser retratadas no comportamento de algumas variáveis micro e macroeconômicas ligadas ao consumo e ao investimento privado, delineando o ambiente vislumbrado por Keynes, quando da interpretação da Grande Depressão dos anos 1930.

AS RAÍZES DO CICLO DE BAIXA

Desde o começo do segundo semestre de 2008, os indicadores econômicos internacionais passaram a acusar, com diferentes graus de intensidade, a complexidade e a profundidade do colapso das finanças globais, ocasionado pela conjugação entre o prolongado relaxamento monetário e a regulamentação das práticas bancárias e deflagrado a partir do primeiro trimestre de 2007, com a derrocada das aplicações financeiras ancoradas, em grande medida, em papéis estruturados e referenciados em créditos hipotecários de elevado risco, conhecidos como *subprime*.

Rigorosamente, a partir do Governo Clinton assistiu-se a uma espécie de abrandamento das regras de concessão de crédito e hipotecas a tomadores com histórico de inadimplência e de retomada de imóveis, por parte dos agentes financeiros, e/ou com elevado comprometimento da renda familiar com encargos de endividamentos.

Em continuidade, houve a estruturação e a multiplicação de produtos financeiros, e consequentemente dos lucros, atrelados à supervalorização imobiliária, incluindo a imposição de multas expressivas, por ocasião da repactuação de contratos em bases mais favoráveis, o que permitia a participação do agente financiador no incremento das rendas de capital do mutuário.

As raízes da ruína daqueles instrumentos financeiros repousam no rebaixamento, pelas agências internacionais de risco, dos conceitos de diversos fundos hospedeiros de papéis do segmento hipotecário de enorme vulnerabilidade dos Estados Unidos (EUA), cuja condição de inadimplência foi rapidamente se espalhando pelo restante do mercado imobiliário, até abalar a solvência das instituições financeiras e alcançar a economia real.

Os sinais mais evidentes da crise foram transmitidos pelo encolhimento dos mercados de crédito, imóveis, da produção e dos investimentos, maximizados pela depreciação da riqueza financeira, com as vultosas perdas acusadas pelas principais Bolsas de Valores do planeta e pela disparada dos juros no mercado interbancário.

A MICROECONOMIA DA RECESSÃO MUNDIAL

Levantamento efetuado pela Consultoria Economatica apontou que 122 empresas da América acusaram queda no valor de mercado superior a 80% em 2008. As companhias, agrupadas, valiam US\$ 7,7 bilhões no final de 2008 contra US\$ 59,7 bilhões em fins de 2007.

As perdas mais relevantes foram a da norte-americana Idearc, que atua no segmento de publicações de páginas amarelas (-99,9%), e a do banco Lehman Brothers (-99,7%). Em valores monetários, a maior redução de valor aconteceu com a seguradora AIG (-US\$ 143,6 bilhões, ou -97,1%).

A Economatica pesquisou as 1.888 empresas com maior valor de mercado em 31 de dezembro de 2007 na América Latina e nos EUA, sendo 357 brasileiras, 173 chilenas, 108 mexicanas, 105 peruanas, 80 argentinas, 38 venezuelanas, 27 colombianas e mil norte-

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário Franciscano – FAE Business School.

americanas. Em conjunto, os quase 8.500 bancos norte-americanos registraram prejuízos de US\$ 26,2 bilhões no quarto trimestre de 2008, o maior em 25 anos.

Na área imobiliária, a comercialização de residências novas e usadas diminuiu 35,0% e 11,0%, respectivamente, em 2008, nos EUA, atingindo o menor nível em 17 anos, e os preços dos imóveis novos caíram 12,0%, representando a maior queda desde 1968. A construção de moradias caiu 56,2% nos EUA em janeiro de 2009, frente a janeiro de 2008, configurando uma taxa anualizada de 466 mil unidades, a menor desde 1959.

As encomendas de bens duráveis recuaram 5,7% em 2008, o segundo pior desempenho desde 2001, contra crescimento de 1,3% em 2007. Só em dezembro de 2008, os pedidos caíram 2,6%, caracterizando a quinta queda mensal consecutiva, de acordo com o Departamento do Comércio.

A Ford, segunda maior fabricante de veículos dos EUA, registrou vendas de 13,2 milhões de unidades de veículos de passeio em 2008 naquele país, ante os 16,2 milhões de 2007, declínio comparável somente ao verificado em 1974, durante o ápice do primeiro choque do petróleo. Ademais, exibiu prejuízo de 14,6 bilhões em 2008, o maior da história da companhia, inaugurada em 1903. No último trimestre de 2008, o prejuízo foi de US\$ 3,3 bilhões, sendo US\$ 1,9 bilhão apenas nos EUA.

A indústria siderúrgica americana estaria próxima de um colapso, com a redução de 50,0% no preço do aço, entre outubro e dezembro de 2008, em razão da queda da demanda da construção civil e do ramo automobilístico. Não por acidente, o setor pleiteia a ativação de grandes investimentos estatais em infraestrutura.

O banco britânico HSBC anunciou o fechamento de mais de 800 agências de crédito nos EUA, após registrar queda de 70,0% do lucro líquido em 2008 (US\$ 5,7 bilhões). A instituição financeira Royal Bank of Scotland (RBS) contabilizou prejuízo de US\$ 34,4 bilhões nesse mesmo ano, o maior da história empresarial britânica, contra lucro de US\$ 10,4 bilhões em 2007, depois de comprar o ABN Amro e ser resgatado pelo governo inglês.

Os pedidos de máquinas operatrizes recuaram 29,0% no quarto trimestre de 2008 na Alemanha, o pior desempenho desde 1958, segundo a Associação Industrial. A retração das encomendas superou a marca de 40,0% apenas no mês de dezembro de 2008.

As vendas de carros na Europa decresceram 7,8% em 2008, o maior declínio desde 1993, chegando a 14,7 milhões de unidades, conforme associação europeia de fabricantes de automóveis (ACEA).

A comercialização de veículos (carros, caminhões e ônibus novos) no Japão caiu 6,5% em 2008, chegando patamar mais baixo em 34 anos, ou 3,21 milhões de unidades, configurando o quinto exercício de declínio consecutivo, conforme a Associação dos Fabricantes Automotivos do Japão (JAMA).

Cumprir sublinhar as perdas operacionais de US\$ 1,7 bilhão projetadas pela Toyota, líder mundial em fabricação de veículos, para o exercício fiscal que termina em março de 2009, o que seria o primeiro resultado negativo em 70 anos, decorrente de queda nas vendas de 4,0%. Nos últimos dois meses de 2008, a empresa registrou o menor volume de comercialização desde o ano 2000.

A única vez que a organização contabilizou prejuízos foi em 1938, em seu segundo ano de funcionamento, quando ainda não publicava balanços, sendo estes fortemente determinados pelas dificuldades enfrentadas pelo mundo para a superação dos embaraços ocasionados pela Grande Depressão do século passado.

Em sentido análogo, a japonesa Panasonic, maior fabricante mundial de telas de plasma, projeta encerrar o ano fiscal de 2008 com perdas líquidas de US\$ 4,244 bilhões. A companhia prevê o fechamento de 27 fábricas (13 no Japão), o que resultará na demissão de aproximadamente 15,0 mil trabalhadores até março de 2010.

A também japonesa Hitachi acusou prejuízo de US\$ 4,0 bilhões entre abril e dezembro de 2008, devido à queda nas vendas superior a 5,0%, e deve dispensar mais de 7,0 mil funcionários. A Nissan, que também prevê perda de quase US\$ 3,0 bilhões em 12 meses até março de 2009, a primeira em uma década, desde a fusão com a Renault, deve dispensar 20,0 mil trabalhadores em todo o mundo, o que equivale a 8,5% do contingente empregado pela organização.

O grupo francês PSA Peugeot Citroën prevê a demissão voluntária de 11,0 mil empregados em 2009, e a General Motors (GM) informou perdas de US\$ 30,9 bilhões em 2008, sendo US\$ 9,6 bilhões no quarto trimestre, amargando quatro anos seguidos de resultados negativos (US\$ 10,6 bilhões em 2005, US\$ 2,0 bilhões em 2006 e US\$ 38,7 bilhões em 2007), depois dos lucros médios anuais de US\$ 4,2 bilhões entre 1994 e 2004.

A propósito, as propostas de reestruturação apresentadas pela Chrysler e GM ao governo dos EUA envolvem necessidades de US\$ 5,0 bilhões e US\$ 16,6 bilhões, respectivamente. Ainda assim, Chrysler e GM preveem 3,0 mil e 47,0 mil demissões, ou 6,0% e 20,0% do pessoal empregado, respectivamente. A salvação da GM exigiria mais de US\$ 30,0 bilhões.

Concretamente, na ponta, deflagrou-se uma onda global de anúncios de demissões, incluindo grupos como o Citi (risco de 30,0 mil dispensas), GM (10,0 mil para 2009, passando de 73,0 mil para 63,0 mil funcionários), Intel (americano de processadores, 6,0 mil), BHP Billiton (australiano de mineração, 6,0 mil), Ericsson (sueco de eletrônicos, 5,0 mil), Eaton (americano de autopeças, 5,2 mil), Honda (montadora japonesa, 3,1 mil), Rio Tinto (australiano de mineração, 2,4 mil), Pfizer (farmacêutico, 2,4 mil), Nippon Sheet Glass (japonês, 5,8 mil), Toshiba (japonês, 4,5 mil), Kodak (americano, 4,5 mil), Ford (americano, 1,2 mil), Pioneer (japonês, 10,0 mil), dentre outros.

A MACROECONOMIA DO COLAPSO FINANCEIRO

Do ângulo macroeconômico, merecem destaque as contrações de 0,5% e 6,2% do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA no terceiro e no quarto trimestres de 2008, respectivamente. O desempenho do último trimestre do ano foi o pior desde o primeiro trimestre de 1982 (-6,4%), puxado pelo consumo das famílias, que exibiu a redução mais profunda desde 1980 (-3,8%) e representa três quartos da renda gerada pela nação. Os lucros corporativos caíram 1,2% e o investimento recuou 7,5%, o maior declínio desde 2002. A expansão de 2008 foi de 1,3%, contra 2,0% em 2007.

Tratou-se da pior performance desde 2001, quando a economia americana amargou recessão de oito meses, em razão das medidas adotadas pelo Governo Bush pós-ataques terroristas acontecidos em 11 de setembro daquele ano, conforme o Departamento de Comércio. Investigação do Instituto Conference Board apontou que o Índice de Confiança do Consumidor dos EUA marcou 25,0 pontos em fevereiro de 2009, contra 44,7 pontos em novembro, sendo o menor da série histórica construída desde 1967.

A produção industrial dos EUA decresceu 10,0% em 12 meses encerrados em janeiro de 2009, liderada pela fabricação de automóveis (-43,7%). O nível de utilização da capacidade produtiva das plantas chegou a 72,0%, o menor desde fevereiro de 1983.

A taxa de desemprego dos EUA foi de 7,2% da População Economicamente Ativa (PEA) em dezembro de 2008 (contra 4,9% no mesmo mês de 2007). Em janeiro de 2009, a taxa subiu para 7,6% da PEA, o que equivale a 11,1 milhões de pessoas desocupadas, conforme o Departamento do Trabalho, com o encerramento de 598,0 mil postos em apenas um mês, o mais expressivo desde dezembro de 1974. Trata-se das taxas mais elevadas desde 1993.

Entre o princípio da recessão, em dezembro de 2007, e janeiro de 2009, o quadro de desempregados avançou 4,2 milhões, suplantando em 50,0% o recorde de 1945 (2,8 milhões). Sintomaticamente, as vendas no varejo recuaram 2,7% em dezembro de 2008, pelo sexto mês consecutivo.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) dos EUA cresceu apenas 0,1% em 2008, a menor variação em 54 anos. Excluindo os preços dos alimentos e da energia, que são os mais voláteis, o núcleo da inflação no IPC de 2008 foi de 1,8%, o menor desde 2003.

O PIB dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sofreu queda de 1,5% no quarto trimestre de 2008, em relação ao trimestre imediatamente anterior, sendo a maior desde o início do registro dos dados da entidade, em 1960.

O PIB da União Europeia, constituída por 27 países, decresceu 0,2% e 1,5% no terceiro e no quarto trimestres de 2008, respectivamente. A atividade manufatureira na zona do euro (15,0 países) atingiu novo recorde de baixa no final de 2008, ladeada pela redução das pressões inflacionárias. O índice industrial medido pela Markit (empresa de serviços de informação

financeira) caiu para 33,9 em dezembro de 2008, o menor dos 11 anos de pesquisa, e bastante aquém dos 50 pontos, que divide crescimento de contração.

A produção industrial global da área diminuiu 12,0% em 2008, o maior declínio desde 1990. Segundo a Eurostat, o desemprego na região subiu de 6,8% para 7,6% da PEA entre janeiro de 2008 e janeiro de 2009 (na zona do euro, a ascensão foi de 7,3% para 8,2% da PEA), e a balança comercial de 2008 registrou déficit de US\$ 40,5 bilhões (contra superávit de US\$ 15,9 bilhões em 2007), o maior da história. As encomendas à indústria da União Europeia decresceram 21,2% em dezembro de 2008, em confronto com idêntico mês de 2007, consubstanciando o quinto recuo consecutivo.

Na mesma linha, o indicador da confiança dos empresários e dos consumidores da zona do euro recuou de 75,1 pontos em novembro para 67,1 pontos em dezembro de 2008, sendo o menor nível desde a sua criação, há 23 anos (1985), segundo a Comissão Europeia. Em todo o continente europeu, a confiança econômica desceu de 70,5 pontos para 63,5 pontos, em igual intervalo, situando-se também em mínimos históricos.

O desemprego no Reino Unido chegou a 6,3% da PEA no quarto trimestre de 2008, o maior nível desde 1998, com um total de 1,97 milhão de pessoas sem emprego.

*A produção industrial japonesa registrou,
em um ano, a maior perda de dinamismo desde 1953*

O PIB japonês encolheu 1,0%, 0,6% e 3,3% no segundo, no terceiro e no quarto trimestres de 2008, respectivamente. Em bases anualizadas, a contração do último trimestre de 2008 foi de 12,7%, quase igualando a variação negativa de 13,1% observada nos primeiros três meses de 1974, auge do primeiro choque do petróleo. A produção industrial do país decresceu, em 2008, 3,1% em outubro, 8,1% em novembro e 9,6% em dezembro, e em 2009, 10,0% em janeiro, em razão da drástica redução das exportações. Em 12 meses findos em janeiro de 2009, a queda foi de 30,8%, consubstanciando a mais intensa perda de dinamismo desde 1953.

Os preços das *commodities* agrícolas, minerais e energéticas delineiam uma queda livre, depois da interrupção do curso de crescimento registrado entre 2004 e julho de 2008. Só o petróleo chegou à cotação recorde de US\$ 147,0/barril tipo Brent no princípio de julho de 2008. Depois disso, os preços diminuíram em média 40,0%, puxados por petróleo (70,0%), milho (52,0%), trigo (49,0%) e soja (45,0%).

Vale esclarecer que a trajetória altista havia sido formada por elementos de mercados físicos e financeiros. Pela órbita física, sobressai o exponencial incremento da demanda mundial, liderado por China e Índia, o que incentivou os investimentos em biocombustíveis e prejudicou parcialmente as decisões de aumento da produção de alimentos, cujos custos de produção e distribuição passaram a ser pressionados pelas elevações das despesas com insumos e transportes atreladas ao petróleo.

Pelo campo financeiro, emergem a queda dos juros nos EUA e a depreciação do dólar (entre outubro de 2007 e setembro de 2008), transformando as aplicações em fundos de *commodities* em alternativa à compressão da rentabilidade das aplicações em ativos financeiros.

A par disso, delineou-se, entre julho e dezembro de 2008, pronunciada tendência de declínio da inflação nas maiores economias do planeta. A variação anual dos preços ao consumidor, no mesmo período, passou de 5,6% para 1,0% nos Estados Unidos (EUA), de 3,5% para 2,1% na zona do euro, e de 2,4% para 1,5% no Japão.

Mas o cenário recessivo está instalado no mundo. O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta crescimento de apenas 0,5% para a economia mundial em 2009, o menor em 60 anos. O PIB das economias avançadas deve recuar 2,0%, puxado por zona do euro e EUA, e o das emergentes deve crescer apenas 3,3%, liderado por China (6,7%) e Índia (5,1%). A previsão de incremento do PIB para o Brasil é de 1,8%, e o da Rússia e do México

devem cair 0,7% e 0,3%, respectivamente. Chama atenção a perda de ímpeto de avanço da economia chinesa, recuando de 13,0% em 2007 para 9,0% em 2008.

O aparecimento do fenômeno conhecido como deflação, caracterizado pela diminuição generalizada e persistente do nível geral de preços em escala global, e derivado da queda da demanda agregada em magnitude maior que a expansão da base monetária, constitui elemento adicional de preocupação nas tarefas de gestão da crise, ao majorar o custo do capital e do endividamento e apreciar a moeda no futuro *vis-à-vis* o presente, incitando o entesouramento dos fluxos nominais de renda por parte de empresas e famílias e o adiamento dos dispêndios destinados ao consumo e ao investimento.

Igualmente relevante é a impulsão dos passivos e a desvalorização patrimonial, subjacente à deflação, conduzindo à expansão da poupança para a cobertura de dívidas e à comercialização (ou até liquidação) de ativos (reais e financeiros) e produzindo um círculo vicioso de compressão dos preços dos imóveis e ações, insolvência e contração da demanda. A dívida bruta do setor privado (empresas financeiras e não-financeiras e famílias) ultrapassou os US\$ 40,0 trilhões, ou cerca de 300,0% do PIB dos EUA.

OS REMÉDIOS MONETÁRIOS E FISCAIS E O PLANO OBAMA

O expediente conjuntural clássico para o afastamento do risco de deflação com recessão repousa na política monetária, particularmente na operação dos sistemas econômicos com juros reais negativos. É isso que vem sendo feito pela esmagadora maioria das economias avançadas e emergentes, sem vitórias expressivas, em face do ainda predominante panorama de aversão ao risco do crédito.

Nos EUA, os juros básicos caíram de 5,25% ao ano (a.a.), em agosto de 2007, para uma banda entre 0,0% a.a. e 0,25% a.a., em dezembro de 2008, que foi mantida por decisão do Federal Reserve Bank (FED), Banco Central do país, em janeiro de 2009, referendando o reduzido preço praticado nas transações diárias dos fundos de curto prazo, devido ao elevado estoque de reservas de moeda em poder dos bancos, depois dos enormes aportes promovidos pela autoridade monetária e pelo Tesouro norte-americano, no afã de destravar os mercados.

Entre outubro e dezembro de 2008, a cruzada do FED foi marcada pela aquisição inédita de mais de US\$ 300,0 bilhões em *commercial papers*, fontes de empréstimos de organizações produtivas e bancos nos EUA, pela utilização de quase US\$ 450,0 bilhões para amparo à liquidez bancária, mediante a realização de leilões, e pela compra de títulos do Tesouro de quase US\$ 500,0 bilhões. Ademais, houve o socorro de US\$ 600,0 bilhões, efetuado com as aquisições de ações lastreadas em hipotecas emitidas ou garantidas pelas companhias Fannie Mae, Freddie Mac, Ginnie Mae e pelo Federal Home Loan Banks. Deve-se lembrar que a maioria dessas ações foram bancadas com emissão de moeda.

No campo monetário, as providências ainda faltantes representariam a compra de títulos de dez anos (2,36% a.a.), referências para as operações hipotecárias, que presentemente estariam em 5,5% a.a.

Todavia, o esgotamento do arsenal monetário impõe a implementação de estímulos fiscais, voltados, principalmente, à neutralização da rota cadente da construção e das vendas de residências, à interrupção da tomada dos imóveis pelos bancos, à reestruturação de dívidas das famílias, à depuração dos passivos das financeiras e à execução de um arrojado programa de obras públicas, de dimensões semelhantes aos esforços de reconstrução empreendidos depois da Segunda Guerra Mundial, notadamente nos anos 1940 e 1950, tarefas aparentemente menos árduas, diante da combinação entre redução do custo do crédito e desaparecimento das pressões inflacionárias.

Nessa perspectiva, o presidente Obama negociou com o Congresso norte-americano um programa de cerca de US\$ 787,0 bilhões (0,5% do PIB), além dos US\$ 1,2 trilhão já desembolsados pelo FED – incluindo a ampliação das garantias sobre ativos dos conglomerados Citigroup (US\$ 301,0 bilhões) e Bank of America (117,0 bilhões), que exibiram, respectivamente, prejuízos de US\$ 8,3 bilhões e US\$ 1,8 bilhão no quarto trimestre de 2008.

Do montante total requisitado por Obama, US\$ 500,0 bilhões serão destinados a empreendimentos infraestruturais e programas assistenciais, e US\$ 75,0 bilhões, a atender à

reestruturação das dívidas dos mutuários residenciais. O restante (US\$ 212,0 bilhões) será alocado como estímulo fiscal, especificamente à redução de impostos por dois anos e ao apoio a governos estaduais e municipais.

Em paralelo, o Departamento de Tesouro dos EUA anunciou, em fevereiro de 2009, a intenção de alocação de US\$ 1,0 trilhão a US\$ 2,0 trilhões, na forma de nova rodada de injeção direta de recursos nas instituições financeiras (US\$ 350,0 bilhões), ampliação das linhas de crédito do FED (US\$ 100,0 bilhões) e a instituição de um fundo público e privado para a amenização da situação dos bancos no recebimento de passivos duvidosos.

As propostas esboçadas por Obama integram uma frente ampla de prioridades, que não difere substancialmente da estratégia praticada por Bush desde setembro de 2007

Como se vê, as propostas esboçadas integram uma frente ampla de prioridades, que não difere substancialmente da estratégia praticada por Bush desde setembro de 2007 e, o que é pior, não explicita as saídas estruturais para o nó financeiro que abarcariam a reforma institucional do sistema bancário e a restauração de mecanismos contemporâneos de regulação. A alternativa de incorporação de pequenos e médios bancos pelo Estado, acompanhada de quitação de passivos, absorção de ativos podres e separação da parte saneada para venda ao mercado privado, deveria ser estendida aos gigantes quebrados como Citi e Bank of America.

As avaliações mais positivas recaíram sobre a peça orçamentária para 2010, considerada pelo Nobel de 2008, Paul Krugman, como algo que pode romper com a política das últimas três décadas. Essencialmente, há a previsão de pronunciados cortes em rubricas militares, favorecida pela ações de Bush, especialmente no Iraque, e em subsídios para grandes produtores rurais e maior alocação de haveres para programas de saúde pública e ambientais.

Em janeiro de 2009, o Banco da Inglaterra diminuiu a taxa de juros de 2,0% a.a., em dezembro de 2008, para 1,5% a.a. e 1,0% a.a., em janeiro e fevereiro de 2009, respectivamente, atingindo piso inédito desde que a autoridade monetária britânica foi fundada, em 1694. Os juros básicos não caíram abaixo de 2%, nem mesmo durante a Grande Depressão de 1930. Deve-se lembrar que os juros ingleses estavam em 5,0% a.a. em setembro de 2008. No mesmo sentido, o Banco Central Europeu (BCE) cortou a taxa básica de juros de 2,5% a.a. para 2,0% a.a., a menor desde 2003.

O Conselho de Estado da China anunciou um programa de incentivos ao ramo automobilístico, o terceiro maior do planeta, abrangendo a diminuição entre 5,0% e 10,0% nos impostos para a compra de veículos novos e o estímulo ao uso de novas tecnologias com reduzidas emissões de poluentes. As exportações e importações chinesas caíram 17,5% e 43,1%, respectivamente, em janeiro de 2009, o pior desempenho em dez anos.

REPERCUSSÕES NO BRASIL E VÁLVULAS DE ESCAPE DA POLÍTICA ECONÔMICA

É oportuno esclarecer que a repercussão rápida da crise sobre os principais mercados emergentes fez ruir a tese de descolamento, levantada e defendida durante quase dois anos por técnicos do banco Goldman Sachs, dando conta de que a pronunciada melhoria exibida pelos fundamentos econômicos de China, Índia, Rússia, Brasil e outros, no transcorrer do maior ciclo de expansão capitalista das últimas quatro décadas (2003-2007), representaria um instrumento de preservação do dinamismo mundial, mesmo em um período de instabilidade gerada no núcleo do sistema, capitaneado pelos EUA.

Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelou que o Índice de Clima Econômico (ICE) da América Latina situou-se em 2,9 pontos em janeiro de 2009, o pior resultado desde janeiro de 1990, contra 4,0 pontos em outubro de 2008, sendo que 5,0 significaria a linha divisória entre avaliações positivas e negativas.

No Brasil, os impactos negativos da crise externa vêm sendo combatidos com providências de cunho conjuntural, que têm se revelado insuficientes para a promoção da reversão da curva de forte desaceleração econômica.

Concretamente, a tentativa de neutralização ou eliminação dos desdobramentos internos da instabilidade internacional vem ocorrendo por meio de políticas fiscais (redução das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras e do Imposto sobre Produtos Industrializados dos automóveis, e ampliação das faixas de incidência do Imposto de Renda) e monetárias – liberação dos depósitos compulsórios, ampliação das linhas de crédito do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal (CEF), e compra de divisas estrangeiras para a contenção da desvalorização do real.

No período setembro-dezembro de 2008, o Banco Central (BC) gastou quase US\$ 60,0 bilhões com a aquisição de dólares e devolveu mais de R\$ 100,0 bilhões em compulsórios (cerca de 30,0% do total). Em fevereiro de 2009, foi anunciada a abertura de linha de crédito para capital de giro a juros subsidiados (TJLP de 6,5% a.a. + 16,0% a.a.), a um prazo de 24 meses com cinco de carência. Foi também aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) a ampliação do tempo de recebimento do seguro-desemprego de cinco para sete meses, para os trabalhadores demitidos de ramos atingidos diretamente pela crise.

Flexibilização monetária sem queda acentuada nos juros apenas empurra para a frente o ajuste recessivo no consumo

Essa estratégia carrega dois tipos de restrições. A primeira delas reside no fato de a flexibilização monetária não vir acompanhada de diminuição relevante dos juros, balizados pelas taxas de rolagem da dívida pública (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC), o que empurra para a frente o ajuste recessivo nos patamares de consumo e amplia os riscos de elevação dos níveis de endividamento e de inadimplência das famílias.

De acordo com a SERASA, a inadimplência dos consumidores (atrasos nos pagamentos de empréstimos superiores a 90 dias) cresceu 8,0 em 2008, a maior variação desde 2006 (10,3%), reflexo da diminuição da renda disponível, afetada pela inflação nos itens básicos, pelo crescente endividamento em prazos mais longos, pela elevação dos juros, desde abril de 2008, e pela fragilização das condições de crédito nos últimos três meses de 2008. Os débitos em atraso ficaram distribuídos entre bancos (43,2%), com cartões de crédito e financeiras (33,7%), cheques sem fundos (21,0%) e títulos protestados (2,2%). A inadimplência das empresas cresceu 4,8% em 2008, concentrada em títulos protestados (41,7%), cheques devolvidos (39,1%) e bancos (19,2%).

O mais gritante, porém, é que o montante de crédito concedido ao setor privado (empresas e famílias) atingiu 41,3% do PIB em dezembro de 2008 (contra 22,0% do PIB e 34,2% do PIB, respectivamente, em dezembro de 2002 e de 2007), ou R\$ 1,3 trilhão, a um custo mais elevado, segundo o BC. Em outros termos, verifica-se ampliação do volume de empréstimos concedidos e dos juros cobrados pelos agentes financeiros, além do encurtamento dos prazos médios dos financiamentos (305 dias para pessoas jurídicas e 482 dias para pessoas físicas).

A redução da taxa SELIC de 13,75% a.a. para 12,75% a.a., no encontro de janeiro do Comitê de Política Monetária (COPOM) do BC, e o aporte adicional de recursos ao Orçamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para 2009 (passando de R\$ 91,0 bilhões para R\$ 116,0 bilhões) foram incapazes de incitar redução expressiva do preço do crédito. Ao contrário, os *spreads* (taxa final menos captação) subiram de 27,4% a.a. em dezembro de 2007 para quase 31,0% em janeiro de 2008. É importante recordar que os empréstimos do BNDES aumentaram 42,0% em 2008, totalizando R\$ 92,2 bilhões.

Os juros médios alcançaram 44,0% a.a., sendo 59,0% a.a. para as pessoas físicas e 32,0% a.a. para as empresas, os maiores níveis desde março de 2006. Os juros para financiamento de veículos situavam-se em 38,0% a.a., para crédito pessoal em 60,0% a.a. e para cheque especial em 175,0% a.a.

Paradoxalmente, a prevalência de taxas reais de juros extremamente elevadas no Brasil abre flancos para a implementação de uma política monetária menos restritiva, em linha com o que acontece no resto do mundo, não fosse a necessidade de rolagem da dívida pública pelo oligopolizado sistema financeiro operante no País.

Nesse caso, apenas a título de ilustração, depois dos rearranjos patrimoniais ocorridos no final de 2008, mais de 65,0% dos ativos bancários estão concentrados em cinco instituições, de acordo com o BC. São elas: Itaú/Unibanco (21,1%), Banco do Brasil (BB)/Nossa Caixa (18,2%), Bradesco (13,3%), Santander/Real (12,1%) e Caixa Econômica Federal (10,1%). No começo de 2009, o BB adquiriu 49,99% do capital votante e 50% do capital social total do banco Votorantin, em uma operação que envolveu R\$ 4,2 bilhões.

Não surpreende que as cadernetas de poupança auferissem rendimentos de somente 7,9% em 2008, o segundo pior desempenho dos últimos dez anos, atrás apenas do resultado de 2007 (7,8%). Descontada a inflação pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o poupador obteve ganhos de apenas 1,89% em 2008, os menores desde 2004 (0,46%). Nos últimos dez anos, o melhor resultado real obtido pela poupança foi em 2006 (5,1% reais), e o pior, em 2002, com perda de 2,9%.

No que se refere aos *spreads*, cálculos do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial identificam os praticados no Brasil como os mais elevados do mundo, cerca de 11 vezes superiores aos dos países desenvolvidos. Segundo o BC, os *spreads* podem ser decompostos em inadimplência (37,5%), lucro (27,0%), custos administrativos (13,5%), impostos (18,4%) e compulsórios à vista (3,6%).

Há uma inconsistência macroeconômica, contida no incremento dos gastos públicos (primários e financeiros) em paralelo à deterioração das contas externas do País

A segunda limitação do modelo brasileiro de ajuste à crise revela a inconsistência macroeconômica contida no incremento dos gastos públicos (primários e financeiros) em paralelo à deterioração das contas externas do País, ilustrada pelo retorno dos crescentes déficits em transações correntes do balanço de pagamentos – provocado pela redução da demanda e dos preços dos produtos exportados, pelo encarecimento das importações, produzido pela apreciação do dólar –, com financiamento dificultado pela retração do crédito acoplada ao risco, aspectos não compensados pelos supostos benefícios da desvalorização do real sobre a rentabilidade das exportações.

A balança comercial brasileira encerrou 2008 com superávit de US\$ 24,735 bilhões, bastante aquém do saldo positivo de US\$ 40,032 bilhões de 2007, e o menor resultado desde 2002, quando o superávit foi de US\$ 13,1 bilhões. As exportações somaram US\$ 197,942 bilhões, e as importações totalizaram US\$ 173,207 bilhões, sendo ambos os resultados recordes.

Já as exportações do agronegócio (36,3% do total) registraram o recorde de US\$ 71,9 bilhões em 2008, 23% superior a 2007. O saldo da balança comercial do setor também contabilizou recorde de US\$ 60 bilhões.

O fluxo cambial brasileiro fechou o ano de 2008 com saldo negativo de US\$ 983 milhões, contra resultado positivo de US\$ 87,454 bilhões em 2007. Tratou-se da primeira evasão líquida de recursos do País desde 2002, quando a corrente foi negativa em quase US\$ 13 bilhões, em razão das incertezas associadas ao ciclo eleitoral. Desta feita, a saída foi ocasionada pela escassez global de crédito, especialmente a partir do mês de setembro. Os resultados foram determinados pelas transações financeiras de (-US\$ 48,883 bilhões), anulando o saldo positivo nas operações comerciais de US\$ 47,9 bilhões.

Na verdade, a performance das contas externas em 2008 foi a pior em dez anos. Houve déficit de US\$ 28,3 bilhões nas transações correntes, o maior desde 1998 (US\$ 33,4 bilhões), marcado pelos efeitos da moratória russa, e o primeiro desde 2002. O saldo em transações correntes foi constituído pelo superávit da balança comercial (US\$ 24,746 bilhões no ano),

pelas transferências unilaterais (US\$ 4,188 bilhões) e pelos serviços e rendas (-US\$ 57,234 bilhões). Tal desempenho precipitou, por parte do governo brasileiro, o lançamento, no mês de janeiro de 2009, de um conjunto de barreiras não-tarifárias (licenças prévias) às importações de cerca de 3,0 mil itens, que correspondem a cerca de 60,0% da pauta de compras externas do País. Na sequência, a medida foi revogada por determinação do Presidente da República, em atendimento a generalizadas pressões de segmentos empresariais.

Ainda assim, o ingresso líquido de investimentos diretos estrangeiros (IDES) atingiu o valor recorde de US\$ 45,060 bilhões em 2008 (2,84% do PIB). Os dados incluem também os empréstimos intercompanhias (realizados pela matriz das multinacionais para as subsidiárias brasileiras) e descontam as remessas feitas por conta de ganho do capital investido.

Simultaneamente à fragilização das relações econômicas externas do País, emerge a preservação do controle da inflação. O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) calculado pela FGV acusou deflação de 0,13% em dezembro, depois de registrar alta de 0,38% em novembro. Com esse resultado, o indicador, empregado como referência para reajustes de aluguéis e tarifas de energia, encerrou o ano de 2008 com variação de 9,81%, superior à constatada em 2007 (7,75%) e a mais elevada desde 2004, quando aumentou 12,41%.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 5,9% em 2008 *versus* 4,5% em 2007, o maior resultado desde 2004 (quando a variação foi de 7,6%), superando o centro da meta de 4,5%, mas posicionando-se aquém do teto de 6,5%, ambos fixados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Tal comportamento reproduz o menor grau de repasse aos preços no varejo dos dois principais fatores de perturbação de 2008: a inflação de alimentos, observada no primeiro semestre, e a depreciação do real frente ao dólar, acontecida no último trimestre.

Nas contas públicas, o País registrou saldo primário positivo de 4,1% do PIB, o terceiro maior desde 1991, e o déficit nominal foi de 1,1% do PIB. Ainda assim, os juros da dívida absorveram 5,5% do PIB.

No entanto, a reprodução da crise internacional no Brasil pode ser percebida pelo comportamento de alguns indicadores de natureza microeconômica e/ou setoriais. Pesquisa da FGV apurou queda do índice de confiança da indústria (ICI) brasileira de 85,7 pontos em novembro de 2008 para 74,7 pontos em dezembro, com leve recuperação em janeiro (75,1 pontos), representando as piores expectativas desde outubro de 1998, quando a orientação macroeconômica do País promovia o ajuste recessivo diante dos efeitos da já mencionada moratória russa, decretada no mês de agosto daquele ano. Ainda de acordo com a FGV, de um painel de 1.086 empresas, 33,8% tencionavam reduzir a produção entre dezembro de 2008 e fevereiro de 2009, enquanto 24,7% projetavam acréscimo, o que retrata a previsão mais negativa desde janeiro de 1991.

Sondagem da Confederação Nacional da Indústria (CNI) identificou, em janeiro de 2009, o menor Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) desde 1999: 47,4 pontos, sendo revelador da deterioração da confiança quando se situa abaixo de 50,0 pontos. A mensuração é realizada com base em expectativas manifestadas por 1.407 empresas, sendo 749 de pequeno porte, 444 médias e 214 de grande dimensão.

Conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção industrial brasileira registrou, no quarto trimestre de 2008 (em relação ao último trimestre de 2007), a queda mais acentuada desde os primeiros três meses de 1996 (-9,1%), influenciada principalmente pela retração na fabricação de automóveis e máquinas e outros produtos eletrônicos, de comunicações e de informática, evidenciando os impactos da escassez global e doméstica de crédito e da deterioração das expectativas empresariais. No confronto com o terceiro trimestre de 2008, a queda foi de 9,4%, e em dezembro de 2008 o volume de produção industrial retroagiu aos níveis de março de 2004.

Os recuos mais expressivos aconteceram em bens de consumo duráveis (-19,5%), bens intermediários (-9,2%) e bens de consumo não-duráveis e semiduráveis (-1,2%). A única categoria a apresentar expansão foi a de bens de capital (2,9%), mas já revelando forte desaceleração, pois havia contabilizado acréscimo de 19,7% no terceiro trimestre, o que permite a interpretação de que estaria em curso a interrupção de um ciclo de elevação dos investimentos.

O volume de produção decresceu 5,2% em dezembro, agravando a rota cadente iniciada em outubro, quando o recuo foi de 2,8%, e retroagindo aos níveis de maio de 2008. O confronto com novembro de 2007 demonstra declínio de 6,2%, o que significa a interrupção de 28 meses consecutivos de expansão. O volume de produção de aço decresceu 0,2% em 2008, conforme o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS).

Apesar do crescimento de 9,1% em 2008, as vendas reais do comércio varejista do País exibiram desaceleração nos últimos três meses do ano. No confronto com o mês imediatamente anterior, o faturamento comercial caiu 1,0% em outubro, 1,0% em novembro e 0,3% em dezembro, sendo as quedas mais intensas apuradas nos ramos de demanda movida a crédito (móveis, eletrodomésticos e veículos) e em materiais de construção.

Aliás, a Associação Brasileira de Materiais de Construção (ABRAMAC) verificou decréscimo nas vendas do ramo de 5,7% e 15,7% em janeiro de 2009 frente, respectivamente, a dezembro e janeiro de 2008.

Pesquisa da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FECOMÉRCIO) identificou queda de 7,4% nas vendas reais dos estabelecimentos varejistas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) no quarto trimestre de 2008, quando confrontadas com o mesmo período de 2007. A confiança do consumidor brasileiro, avaliada por investigação da FGV em 2 mil domicílios das sete principais capitais do País, chegou a 94,6 pontos em fevereiro de 2008, o menor patamar da série histórica, iniciada em setembro de 2005.

Outro inquérito da CNI assinalou, no quarto trimestre de 2008, o pior resultado da série histórica de produção manufatureira, avaliada pela entidade desde 1999. O indicador registrou 40,8 pontos (em uma faixa de zero a 100, na qual desempenho abaixo de 50 indica redução). No terceiro trimestre de 2008, o indicador situou-se em 57,8 pontos, e no quarto trimestre de 2007, em 59 pontos. As grandes empresas alcançaram 38,8 pontos; as médias, 42,0 pontos; e as pequenas, 42,3 pontos.

Quanto ao emprego industrial, a pontuação alcançada foi 44,0, contra 54,4 pontos no terceiro trimestre de 2008 e 54,9 pontos no último trimestre de 2007, sendo 42,6 para as grandes plantas, 43,8 para as médias e 46,0 para as pequenas. De acordo com o IBGE, o pessoal ocupado, as horas pagas e os salários reais na indústria brasileira diminuíram 1,8%, 1,7% e 0,7% em dezembro de 2008 em relação a novembro, a maior queda desde 2001, interrompendo uma trajetória de 29,0 meses de crescimento contínuo.

Nesse caso, parece razoável supor que a retração das demandas externa e interna (consumo e investimento) estaria induzindo o ajuste privado via massa de salários (emprego e rendimentos reais), o que poderia representar a conformação de um círculo vicioso.

O nível de utilização da capacidade instalada da Indústria desceu para 76,0% em janeiro de 2009, segundo pesquisa da FGV, o menor nível desde 1993, contra pico de 87,0% pré-crise, e o consumo de energia diminuiu 1,8% em dezembro de 2008, em comparação com dezembro de 2007, representando o primeiro resultado negativo desde o apagão verificado em 2001.

Estimativas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) revelam que o Índice do Nível de Atividade (INA) da indústria paulista caiu 10,2% no quarto trimestre de 2008, correspondendo ao pior resultado desde 2002, e houve o fechamento de 54,5 mil postos de trabalho em 12 meses encerrados em janeiro de 2009 (queda de 2,2%). Só em janeiro ocorreu o encerramento de 32,5 mil vagas, com declínio de 1,9% frente a dezembro.

A produção de veículos cresceu 8% em 2008, chegando ao recorde de 3,214 milhões de unidades, conforme a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). Mas em dezembro de 2008 o volume de produção situou-se em 102.053 unidades, diminuindo 47,1% em relação a novembro e 54,1% frente a dezembro do ano anterior, por conta das férias coletivas concedidas pelas montadoras, em uma fase de forte retração da demanda. Já no mês de janeiro, o volume fabricado foi de 186,1 mil veículos, superando em mais de 80,0% os números de dezembro, porém situando-se 27,1% abaixo de janeiro de 2008 (255,2 em janeiro de 2008).

Segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE), as vendas de veículos (automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus novos) aumentaram

14,2% em 2008, atingindo comercialização recorde de 4,85 milhões de unidades. Contudo, no mês de dezembro houve queda de 16,4%, em comparação com o mesmo mês de 2007.

No confronto com novembro, ocorreu incremento de 11,5%, reflexo da redução da carga tributária, especificamente do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), em meados de dezembro de 2008, com vigência até 31 de março de 2009. As alíquotas caíram de 7,0% para zero para os automóveis com motor 1.0. Para aqueles com potência entre 1.0 e 2.0, o rebaixamento foi de 13,0% para 6,5%, no caso dos movidos a gasolina, e de 11,0% para 5,5% para os que utilizam álcool ou tecnologia *flex*.

Assim, o Brasil fechou 2008 como o quinto maior mercado consumidor do mundo, ficando atrás de Estados Unidos, China, Japão e Alemanha, ultrapassando Grã-Bretanha, França e Itália. Entre os maiores fabricantes, o País situou-se em sexto lugar, superando a França e ficando atrás de Japão, China, Estados Unidos, Alemanha e Coreia do Sul.

Em janeiro de 2009, as vendas do segmento automotivo cresceram 1,5% sobre dezembro de 2008, influenciadas pela redução do IPI, mas caíram 8,1% frente a janeiro de 2008. Especificamente a comercialização de automóveis aumentou 5,1% e diminuiu 6,7% nas mesmas referências comparativas.

Nesse contexto, o regresso das férias coletivas dos trabalhadores da indústria automobilística foi marcado pela exacerbação das incertezas. A Renault, que tencionava cortar a produção pela metade (310 automóveis/dia em um turno), negociou com o sindicato dos metalúrgicos da Grande Curitiba a suspensão temporária por cinco meses do contrato de trabalho de mais de 800 operários, com a garantia do recebimento dos salários líquidos, por meio de bolsa de qualificação profissional, coberta com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cerca de R\$ 700,0/mês, incluindo treinamento de 140 horas, complementados pela empresa, que ficaria dispensada do recolhimento dos encargos sociais. Em caso de demissões subsequentes, a companhia será obrigada a quitar os desembolsos do FAT, pois os trabalhadores deixarão de ter direito ao seguro-desemprego pelo período de 16 meses.

Tal expediente é contemplado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde 1999, tendo sido utilizado para os trabalhadores do terminal portuário de Antonina, por ocasião da interrupção das exportações de carne bovina ao mercado europeu, por suspeita de um caso de “vaca louca” no Paraná. Recentemente, a planta da Phillips da Zona Franca de Manaus acordou a suspensão por cinco meses do contrato de quase 500 funcionários. No mês de fevereiro, a sinalização de reação nas vendas incitou o retorno ao trabalho de 500 funcionários da Renault.

Na Volkswagen de São José dos Pinhais, a proposta é limitar a semana a três dias de trabalho. A Case New Holland, fabricante de colheitadeiras e tratores na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) cancelou, em dezembro de 2008, 350 contratos de trabalho que venceriam em março. Na Volvo (CIC), houve também dispensa 430 empregados (250 temporários e 180 efetivos).

A GM, em São José dos Campos, demitiu 2.344 funcionários com contrato temporário em janeiro e fevereiro de 2008 e concedeu licença até o final de março para outros 900. Já em Gravataí, houve novo período de férias coletivas entre 19 e 9 de fevereiro. A empresa também demitiu 744 funcionários da mesma planta fabril, sendo 600 trabalhadores contratados por tempo determinado.

No agronegócio, o grupo Perdigão anunciou um programa de racionalização da fabricação de lácteos, que inclui a desativação das unidades de Rio Casca (Minas Gerais) e Ivoti (Rio Grande do Sul). As atividades da planta de Rio Casca serão deslocadas para Sabará (MG), Itumbiara (Goiás) e Carambeí (Paraná), enquanto a produção de Ivoti será realizada por outros estabelecimentos da empresa em território gaúcho.

Outro complicador corresponde ao fato de a maior velocidade de queda na produção frente ao emprego e à folha de salários provocar elevação do custo médio do fator trabalho, o que, em um contexto de crise, alimentou meras decisões de mais demissões de mão-de-obra e/ou propostas empresariais de redução de jornada de trabalho e de salários, capitaneadas pela FIESP e aceitas pela Força Sindical e pelas bases das demais centrais.

Ainda no que se refere ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego foi de 8,2% da PEA em janeiro de 2009, contra 6,8% e 8,0% em dezembro e janeiro de 2008, respectivamente. As solicitações de seguro-desemprego aumentaram 8,2% no Brasil em 2008, e o País

eliminou 797,5 mil vagas formais entre novembro de 2008 e janeiro de 2009. As reduções, de 654,0 mil postos em dezembro e 101,7 mil em janeiro, foram as maiores desde 1996.

Nessa ordem de ideias, é preciso incluir a constatação, desde o final de 2008, de encerramento da fase de reajustes reais de salários da esmagadora maioria das categorias de trabalhadores, prevalecente no intervalo de tempo compreendido entre 2006 e o primeiro semestre de 2008.

Algumas empresas brasileiras também tiveram queda de valor superior a 90% em 2008. Foi o caso da Agrenco, que perdeu 98,3%; da Laep, grupo do setor de laticínios do qual faz parte a Parmalat e que perdeu 95,8%; e da mineradora MMX, que teve queda de 95,5%.

O conjunto de decisões negativas ainda abarca a desistência da companhia Vale, de implantação de empreendimento siderúrgico de US\$ 5,0 bilhões no Estado do Espírito Santo, em parceria com o grupo chinês Baosteel, o adiamento do investimento de US\$ 600,0 milhões da Hyundai, em uma fábrica em Piracicaba (São Paulo), e a demissão de 4,2 mil funcionários da Embraer, representando cerca de 20,0% do efetivo da empresa. A Embraer ocupa a quarta posição na fabricação de aeronaves no mundo, é líder na produção de jatos com até 120 lugares, a terceira maior exportadora do País, ficando atrás da Petrobras e da Vale, e deve amargar declínio de 13,0% do faturamento em moeda estrangeira em 2009, fruto da entrega de 242 aviões, contra previsão de 270.

Sondagem feita pela FIESP junto a 220 companhias industriais sediadas em São Paulo revelou que 47,0 delas realizou, em 2008, montante de investimentos inferior ao planejado no final de 2007.

Em síntese, a conjugação entre o elevado grau de endividamento primário da população, os exorbitantes juros cobrados nas operações de consumo, giro e investimentos, a apreciável participação dos itens financeiros nas despesas públicas e o encolhimento da demanda externa, provocado pela crise, vêm enfraquecendo os motores da demanda agregada e dificultando a restauração das funções keynesianas do Estado brasileiro. Não obstante, o governo definiu a ampliação dos beneficiários do Programa Bolsa Família de 11,0 milhões para 12,3 milhões de famílias.

Por tudo isso, a macroeconomia brasileira carece de adequação a um paradigma de crescimento mais atrelado ao mercado doméstico e às exportações com maior densidade tecnológica, o que, por seu turno, exigiria a intensificação dos incentivos à capacitação de mão-de-obra e às inversões em ciência e tecnologia das organizações privadas e públicas.

Com a mesma relevância emergeria a necessidade de investimento público em infraestrutura, em substituição ao setor privado, com reflexos multiplicadores sobre as cadeias produtivas articuladas à construção civil. Cálculos da Associação Brasileira da Infra-estrutura e da Indústria de Base (ABDIB) identificam necessidades de aplicações anuais de R\$ 100,0 bilhões para a restauração da competitividade da infraestrutura do País.

Ainda a esse respeito, pesquisa realizada no último quadrimestre de 2008, pela Associação de Investidores Estrangeiros em Imóveis (AFIRE), entidade americana que congrega aplicadores do mercado imobiliário, identificou o Brasil como a segunda preferência para aplicação dos capitais do setor, desbancando a China em relação ao levantamento de 2008. O abrupto declínio dos preços dos imóveis, acoplado à crise, preservou o primeiro posto, ocupado pelos EUA, e fez a Grã-Bretanha saltar do nono para o quarto lugar.

O estoque de capital disponível pelo governo para a promoção de alterações mais radicais na gestão econômica pode ser considerado adequado. A popularidade do governo e do Presidente Lula vem alcançando patamares recordes. Conforme sondagem realizada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT)/Sensus, a aprovação ao governo e ao Presidente atingiu 72,5% e 84,0%, respectivamente, em janeiro de 2009, constituindo as marcas mais elevadas desde o começo das investigações, feitas a partir de 1988.

AS EXPORTAÇÕES PARANAENSES E A DESACELERAÇÃO MUNDIAL

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

As estatísticas mais recentes confirmam a retração das exportações do Paraná, como reflexo da crise global. De outubro de 2008 a janeiro de 2009, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações estaduais somaram US\$ 3,8 bilhões, valor que correspondeu a um decréscimo de -12,1% em comparação ao quadrimestre iniciado em outubro de 2007, quando as vendas externas totalizaram US\$ 4,3 bilhões.

A redução das receitas pode ser imputada ao significativo declínio das quantidades comercializadas, que apresentaram variação de -18,3% no período em análise, opondo-se ao aumento de 7,7% dos preços em dólares das mercadorias destinadas ao mercado externo, de acordo com dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Não obstante a elevação do índice de preços nos últimos meses, deve-se considerar que os bens exportados pelo Paraná encareceram 33,1% nos nove primeiros meses de 2008 (tabela 1), antes da intensificação das tensões financeiras mundiais, o que indica rápida mudança do cenário favorável dos preços internacionais.

TABELA 1 - VARIACÃO DA RECEITA E DOS ÍNDICES DE *QUANTUM* E PREÇO DAS EXPORTAÇÕES - PARANÁ - JAN 2008-JAN 2009

ITEM	VARIACÃO (%)	
	Jan. a Set. de 2008 ⁽¹⁾	Out. de 2008 a Jan. de 2009 ⁽²⁾
Receita das exportações	34,7	-12,1
Índice de <i>quantum</i> das exportações	1,2	-18,3
Índice de preços das exportações	33,1	7,7

FONTE: IPARDES

(1) Em comparação ao mesmo período de 2007.

(2) Em comparação ao período de outubro/2007 a janeiro/2008.

Portanto, as exportações paranaenses, assim como as brasileiras, não deverão contar em 2009 com o principal determinante da expansão verificada até 2008, representado pela alta das cotações dos produtos transacionados, não havendo, adicionalmente, perspectiva de recuperação do *quantum* das vendas externas, dada a forte contração da demanda global, mesmo considerando a depreciação da moeda nacional. Como restrição à evolução das quantidades que serão exportadas em 2009, cabe citar ainda a provável redução dos excedentes agrícolas, decorrente dos prejuízos impostos pela prolongada estiagem à produção primária paranaense, o que torna mais difícil o alcance neste ano de um resultado similar ao registrado no exercício passado, em termos de receita cambial.

De outubro de 2008 a janeiro de 2009, foram contabilizadas pronunciadas quedas nas exportações de automóveis, óleo de soja bruto, soja em grão, madeira compensada e motores para veículos (tabela 2). O recuo das vendas de automóveis deriva principalmente da diminuição dos embarques destinados à Argentina e ao México, países que mantêm acordos comerciais com o Brasil nesse segmento e que são grandes mercados dos veículos produzidos no Estado. Ainda no ramo automotivo, observa-se decréscimo de -47,8% nas exportações de motores, o que pode ser explicado pela interrupção das atividades de importante planta industrial localizada na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). No entanto, com a compra da unidade pelo maior fabricante nacional de automóveis, em uma operação concretizada no ano passado, as exportações de motores deverão crescer nos próximos anos, apesar do provável direcionamento de parcela considerável da produção para o mercado interno.

* Administrador, coordenador do Núcleo de Estudos Macroeconômicos e Conjunturais.

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - OUT 2007/JAN 2009

PRODUTO	EXPORTAÇÕES (US\$ FOB)		VARIÇÃO	
	Out./07 a Jan./08	Out./08 a Jan./09	Relativa (%)	Absoluta (US\$ FOB)
Carne de frango <i>in natura</i>	423 457 841	453 401 460	7,1	29 943 619
Farelo de soja	334 247 259	288 710 053	-13,6	-45 537 206
Açúcar bruto	128 777 410	262 162 569	103,6	133 385 159
Automóveis	352 574 599	211 293 210	-40,1	-141 281 389
Cereais	206 049 103	174 984 914	-15,1	-31 064 189
Soja em grão	235 361 796	166 115 794	-29,4	-69 246 002
Tratores	125 390 123	147 271 494	17,5	21 881 371
Papel	122 390 031	126 952 668	3,7	4 562 637
Álcool etílico, não-desnaturado	62 741 786	103 840 149	65,5	41 098 363
Madeira compensada ou contraplacada	163 805 741	95 966 931	-41,4	-67 838 810
Óleo de soja bruto	174 176 949	83 972 567	-51,8	-90 204 382
Óleo de soja refinado	120 941 890	83 507 179	-31,0	-37 434 711
Veículos de carga	103 099 599	81 148 268	-21,3	-21 951 331
Motores para veículos	139 748 939	72 963 561	-47,8	-66 785 378
Café solúvel	61 462 088	70 690 204	15,0	9 228 116
Compressores e bombas	70 549 082	68 038 860	-3,6	-2 510 222
Autopeças	74 996 758	67 367 151	-10,2	-7 629 607
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	59 304 728	65 725 773	10,8	6 421 045
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto tratores	47 369 892	59 470 669	25,5	12 100 777
Ônibus	17 395 235	51 661 509	197,0	34 266 274
Outros produtos	1 308 420 426	1 074 498 415	-17,9	-233 922 011
TOTAL	4 332 261 275	3 809 743 398	-12,1	-522 517 877

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Já no que se refere aos produtos do complexo soja, pode-se atribuir o declínio das vendas principalmente à redução dos volumes embarcados para a China e o Irã, no caso do óleo bruto, e para a União Europeia, no caso da soja em grão. Por fim, com queda de -41,4% nas receitas geradas no período de outubro de 2008 a janeiro de 2009, as exportações estaduais de madeira compensada vêm sendo penalizadas pela retração das compras realizadas pelos Estados Unidos e países europeus, cujas economias apresentaram baixo crescimento em 2008, devendo registrar taxas negativas em 2009.

Nesse sentido, constata-se que os decréscimos mais acentuados das receitas em dólares, considerando o total dos produtos, estão sendo anotados pelas exportações destinadas aos países desenvolvidos, que, em sua maioria, revelam quadros mais graves de deterioração econômica. À exceção do Japão, que registra incremento nas compras provenientes do Estado, as nações centrais vêm diminuindo expressivamente as importações de produtos paranaenses, sobressaindo as quedas das aquisições realizadas pela Itália e pela Espanha, que atingiram -47,4% e -43,2%, respectivamente, no quadrimestre de outubro de 2008 a janeiro de 2009 (tabela 3). Não coincidentemente, as economias desses dois países deverão contabilizar relevantes taxas negativas do PIB no presente exercício, segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), acompanhando a Alemanha, os Estados Unidos, o Japão e a França, por exemplo.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARA OS PRINCIPAIS MERCADOS - PARANÁ - OUT 2007/JAN 2009

MERCADO	EXPORTAÇÃO			PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DO PIB (%) ⁽¹⁾	
	Out. 07 a Jan. 08 (US\$ FOB)	Out. 08 a Jan. 09 (US\$ FOB)	Varição (%)	2008	2009
Alemanha	393 605 944	348 049 939	-11,6	1,3	-2,5
Argentina	493 131 059	341 450 337	-30,8	6,5	0,0
Holanda	260 511 723	204 696 230	-21,4	2,3	1,0
Estados Unidos	230 411 190	200 589 698	-12,9	1,1	-1,6
Venezuela	130 679 084	158 908 460	21,6	6,0	2,0
Japão	94 133 910	151 637 917	61,1	-0,3	-2,6
França	202 455 061	149 207 989	-26,3	0,8	-1,9
Rússia	94 121 438	146 113 362	55,2	6,2	-0,7
Arábia Saudita	96 625 910	109 962 557	13,8	5,8	0,8
Angola	55 197 420	106 519 755	93,0	16,0	12,8
Chile	78 185 099	104 466 046	33,6	4,5	3,8
Peru	42 715 104	103 180 107	141,6	9,2	7,0
Espanha	180 602 620	102 657 138	-43,2	1,2	-1,7
China	95 805 137	93 996 023	-1,9	9,0	6,7
Paraguai	114 823 511	91 367 029	-20,4	5,5	4,2
Hong Kong	81 660 852	91 038 997	11,5	4,1	3,5
Itália	142 036 921	74 757 939	-47,4	-0,6	-2,1
México	163 381 422	67 803 234	-58,5	1,8	-0,3

FONTES: MDIC-SECEX, FMI

(1) Projeções realizadas pelo FMI em janeiro de 2009 para Alemanha, Argentina, Estados Unidos, Japão, França, Rússia, Arábia Saudita, Espanha, China, Itália e México. Para os demais países, projeções realizadas em outubro de 2008.

Pelo lado das nações emergentes, a despeito do forte recuo das exportações com destino à Argentina e ao México, pode-se afirmar que as perspectivas são menos pessimistas, em razão dos menores efeitos da crise. No seu conjunto, os países em desenvolvimento deverão crescer 3,3% em 2009, variação muito superior à taxa de -2,0% estimada para as economias avançadas, permitindo concluir que, para a amenização dos reflexos da crise sobre o comércio exterior paranaense, podem ser positivos os esforços dos exportadores locais para o avanço em mercados emergentes.

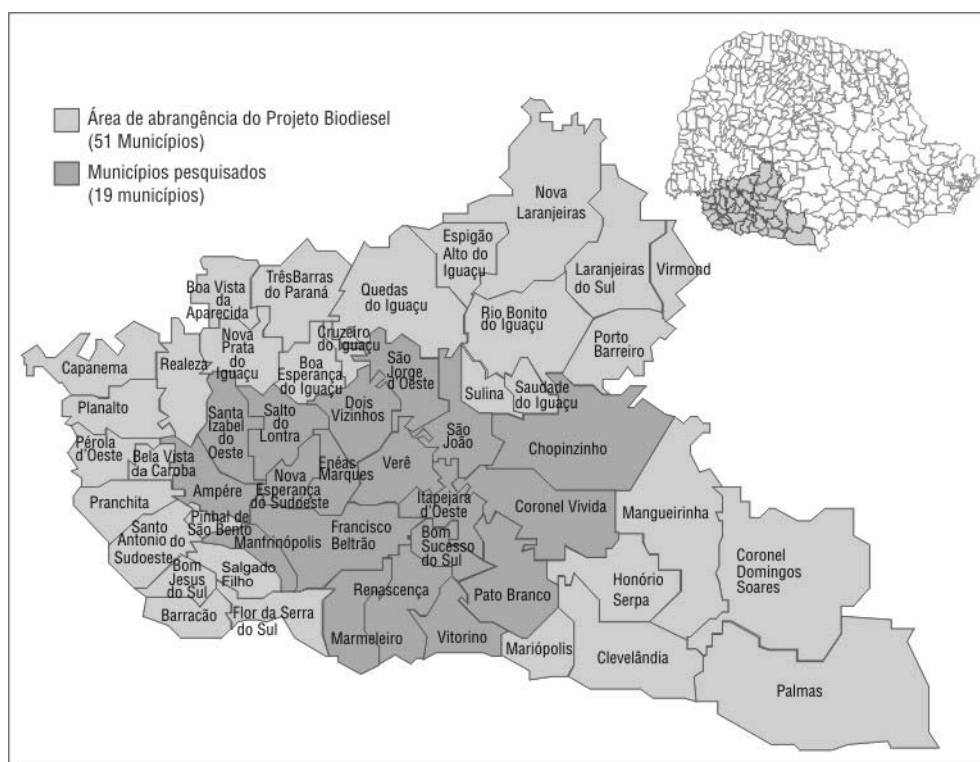
A TERCEIRIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NO SUDOESTE PARANAENSE

Maria Saléte Zanchet*

A publicação dos resultados do Censo Agropecuário 2006/2007 é aguardada para o primeiro semestre de 2009 e oferecerá a oportunidade de analisar as mudanças ocorridas no espaço agrário entre os anos censitários. Na ausência de dados secundários recentes, e diante da necessidade de informações sobre determinada realidade, a realização de levantamentos de campo, pesquisas amostrais ou estudos de caso antecipam algumas tendências, que poderão ser aferidas de forma mais ampla com a divulgação dos dados censitários.

Neste contexto, e com o objetivo de fornecer subsídios relacionados à agricultura familiar, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER) realizaram um levantamento de campo em outubro de 2008,¹ por meio de entrevista estruturada a 192 produtores rurais, com amostra representativa de agricultores com Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento e Agricultura Familiar (PRONAF - DAP) e cadastrados junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 19 municípios selecionados do sudoeste paranaense (figura 1).

FIGURA 1 - MUNICÍPIOS SELECIONADOS PARA A PESQUISA DE CAMPO E ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO BIODIESEL - SUDOESTE PARANAENSE - 2008



FONTE: IPARDES

* Engenheira Agrônoma, pesquisadora do IPARDES.

¹ Este levantamento foi feito para subsidiar a Companhia Paranaense de Energia (COPEL) na definição de projeto de instalação de uma miniusina de biodiesel na região.

A definição de agricultor familiar, que orienta o reconhecimento de aptidão ao PRONAF, leva em conta critérios como área total da unidade produtiva e ocupação da família nas atividades econômicas. Tendo em vista o plano amostral, a tabulação dos dados mostrou no conjunto de entrevistados o predomínio de pequenos proprietários rurais, que conduzem as atividades com a ajuda da família. Observou-se também que, na região pesquisada, 94% dos entrevistados são proprietários de terra, e os não-proprietários representam apenas 6% do total. Os agricultores que exploram exclusivamente terras próprias somaram cerca de 64% do

total, indicando que pelo menos um terço deles faz uso de outras terras. A preponderância de pequenas propriedades foi evidenciada pelo tamanho dos estabelecimentos agropecuários, com 90% dos entrevistados ocupando menos de 50 ha de área total. Apenas 10% exploram área acima de 50 ha, nesses casos geralmente devido ao cultivo de terra de terceiros mediante arrendamento, parceria ou outra condição de posse.

Ainda com relação à definição de agricultura familiar, a mão-de-obra do núcleo familiar é requisito importante na condução das atividades, com a eventual contratação de trabalhadores. No grupo pesquisado, o número médio de pessoas da família em atividades agropecuárias foi de 2,8 pessoas por estabelecimento, e apenas 25% dos entrevistados informaram contratação de empregado rural, com a ressalva de que a escassez da oferta de mão-de-obra, apontada em várias entrevistas, limita a contratação de trabalhadores rurais temporários na região.

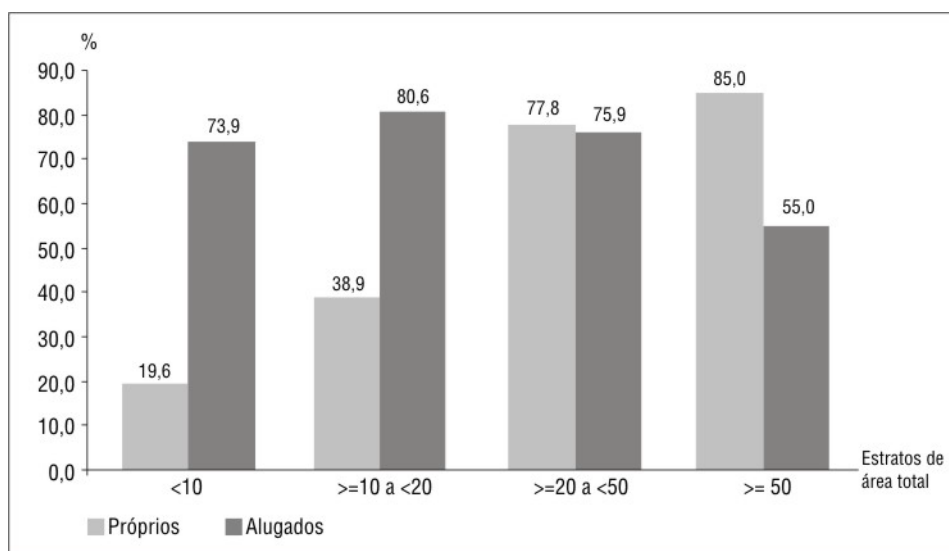
No levantamento realizado, foi possível observar uma situação típica de esvaziamento das unidades produtivas na agropecuária e de envelhecimento da população rural. Os agricultores, após a aposentadoria, repassam as atividades para os filhos ou arrendam parte da propriedade. Em outros casos, verificou-se o casal com apenas um dos filhos trabalhando no estabelecimento, de forma que a parcela mais expressiva das entrevistas revelou de duas a três pessoas da família atuantes nas unidades produtivas.

As principais fontes de renda monetária dos entrevistados apresentaram uma combinação de atividades agrícolas com produção animal, observando-se que a redução do tamanho das famílias dificulta a manutenção de agropecuária diversificada. Os sistemas de produção relevantes quanto à geração de renda, para cerca de 78% dos agricultores entrevistados, estão representados pela combinação de apenas três atividades: leite, milho e soja; estas são complementadas pela produção de aves, fumo, suínos, gado de corte, trigo e feijão, entre outras de menor frequência.

A prevalência de agricultura em pequena escala, típica da agricultura familiar, confere características próprias ao grupo pesquisado, no que se refere ao acesso à tecnologia. De maneira geral, a mecanização das tarefas nos estabelecimentos agropecuários exige aumento da área cultivada ou da escala de produção, fator que limita a incorporação de tecnologia pelas pequenas propriedades, em especial à mecanização. Os cultivos de milho e soja, predominantes na região, fazem uso da mecanização das etapas de plantio, tratos culturais e colheita, porém apenas 42% dos entrevistados informaram possuir trator e apenas 10% são proprietários de colheitadeira.

O que se destaca nestes agricultores familiares do Sudoeste paranaense é a importância da terceirização nas atividades agrícolas. Entre aqueles que exploram menos de 50 ha de área total, cerca de 80% informaram fazer uso de máquinas e equipamentos de terceiros. A terceirização é significativa também para os que exploram área total acima de 50 ha: aproximadamente 55% informaram uso de máquinas e equipamentos de terceiros na condução das atividades agrícolas (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - PROPORÇÃO DE PRODUTORES COM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS E ALUGADOS - SUDOESTE PARANAENSE - 2008



FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES-DESER

Em geral, a prestação de serviços de mecanização é realizada pelo vizinho, que também é agricultor. A demanda por terceirização, por meio da relação com a vizinhança, é situação válida para cerca de 59% dos entrevistados que informaram uso do trator e 76% dos que necessitaram de colheitadeira. No caso dos serviços terceirizados para a colheita, a atividade inclui o transporte até a unidade de armazenagem dos grãos, e o pagamento é feito com parcela da produção colhida. Outra modalidade de acesso ao trator ocorre mediante patrulhas mecanizadas, formadas por grupos de produtores associados e verificada em 25% das entrevistas.

A relevância da condução de atividades econômicas na agricultura mediante a utilização de máquinas e equipamentos de terceiros foi destacada em estudos anteriores, desenvolvidos por Laurenti². Com base nos dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, o autor destacou que cerca de um terço do total de estabelecimentos agropecuários no Brasil e no Paraná compartilhava máquinas e equipamentos agrícolas na execução dos trabalhos agrários, com índice de terceirização próximo de 35%. O uso compartilhado de máquinas e equipamentos agrícolas por meio do aluguel indicou a tendência de diferenciação da produção agrícola, expressa pela dissociação entre a propriedade e o uso do capital operacional em atividades econômicas.

Ao que indicam os dados do levantamento de campo realizado pelo IPARDES/DESER, a prestação de serviços tornou possível a oferta de mecanização às unidades de pequena escala de produção, conciliando acesso à tecnologia com permanência da atividade econômica na agricultura familiar. É provável que a terceirização dos trabalhos agrários tenha se elevado entre os anos censitários. Com a divulgação dos dados do Censo Agropecuário de 2006, será possível averiguar em que grau ocorre atualmente a reorganização da produção agrícola por meio da terceirização nos estabelecimentos agropecuários da região pesquisada e do Paraná.

² LAURENTI, A. C. Terceirização dos trabalhos agrários e o "novo rural". In: OFICINA DE ATUALIZAÇÃO TEMÁTICA, 2000, Londrina. **ORNAs, ocupações rurais não-agrícolas**: anais. Londrina: IAPAR, 2000. p. 1-34.

AGRICULTURA

Imcopa investe US\$ 7 milhões em equipamentos

A Imcopa adquiriu equipamentos alemães para envasamento de óleo de soja. Avaliadas em US\$ 7 milhões, as máquinas serão utilizadas na planta da empresa localizada no Município de Cambé, no Norte do Paraná. Estima-se que o investimento permita a produção de 18 milhões de garrafas por mês.

Sediada em Araucária (Região Metropolitana de Curitiba), a empresa conta com duas plantas industriais em Cambé e uma em Guarapuava, no Centro-Sul Paranaense.

IMCOPA investe US\$ 7 milhões em Cambé. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 jan. 2009. p.18.

INACIO, Alexandre. Imcopa investe US\$ 7 milhões na unidade de Cambé. **Folha de Londrina**, 24 jan. 2009. Economia, p.3.

Vinícola Campo Largo investe na produção de sucos

A Vinícola Campo Largo investiu R\$ 4,5 milhões na aquisição de equipamentos para a produção de suco de uva no município que dá nome à empresa, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). No ano passado, a vinícola distribuiu 18 mil mudas, certificadas pela Universidade Federal do Paraná, a 160 famílias da RMC. Em 2009, planeja distribuir outras 80 mil mudas. A safra será comprada, integralmente, pela empresa.

O Estado do Paraná desenvolve projeto de incentivo à vitivinicultura, com estímulo ao cultivo em pequenas propriedades, assistência técnica e isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos produtos que utilizam as uvas colhidas no Estado como principal insumo. O projeto contempla convênios com prefeituras, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o Instituto Agrônomico do Paraná (IAPAR), a Fundação Terra e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEAB).

LIMA, Marli. Estímulo ao cultivo de uvas no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 28 jan. 2009. Empresas, p.B9.

PALACI, Cláudia. Com isenção, empresa volta a produzir no PR. **Folha de Londrina**, 22 fev. 2009. p.8.

Coamo distribui sobras e mantém investimentos

No final de fevereiro, a Coamo Agroindustrial Cooperativa distribuiu parte das sobras da safra 2007/2008, equivalente a R\$ 112 milhões, aos seus 21 mil associados. Em 2008, a receita da Coamo alcançou R\$ 4,71 bilhões, 35,9% superior à de 2007. Sediada em Campo Mourão, na região Centro-Occidental do Estado, a cooperativa manteve os investimentos previstos para o triênio 2008-2010, estimados em R\$ 180 milhões, e planeja renovar sua frota de caminhões em 2011, um projeto avaliado em R\$ 60 milhões.

COAMO bate recorde de receita. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 19 fev. 2009. p. 9.

LIMA, Marli. Coamo comemora 2008, mas encara 2009 com cautela. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 fev. 2009. Empresas, p. B9.

* Elaborado com informações disponíveis entre 19/12/2008 e 28/02/2009.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

INDÚSTRIA

Hussmann fecha fábrica em Londrina

A indústria norte-americana Hussmann, fabricante de equipamentos de refrigeração, fechou sua fábrica em Londrina. Os 228 funcionários que trabalhavam nessa planta foram demitidos. A indústria operava havia dez anos na cidade.

O grupo Ingersoll Rand, controlador da Hussmann, informou que descontinuou os produtos fabricados em Londrina (gôndolas e vitrines frigoríficas). O grupo estudava a recontração de parte dos funcionários por duas outras empresas que possui na cidade.

ALMEIDA, Newton. Multi anuncia fechamento. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 19 dez. 2008. p.14.

CARVALHO, Raquel. Hussmann demite mais de 220 em Londrina. **Folha de Londrina**, 19 dez. 2008. Economia, p.4.

Bematech adquire empresa de *software*

A Bematech, indústria de equipamentos para automação comercial sediada em Colombo (Região Metropolitana de Curitiba), adquiriu o controle societário da CMNet, empresa de desenvolvimento de *software* para o setor hoteleiro. A participação de 51% na CMNet custou R\$ 28 milhões à Bematech, que pode exercer opção de compra dos 49% restantes até 2011.

A Bematech registrou faturamento de R\$ 318 milhões em 2008, resultado 30% superior ao do ano anterior. Seu lucro líquido atingiu R\$ 51,7 milhões, contra prejuízo de R\$ 5,3 milhões em 2007.

BEMATECH ignora crise e tem ganho de R\$ 52 milhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 fev. 2009. p. 23.

LÜCKMAN, André. Bematech amplia atuação no segmento de hotelaria. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 dez. 2008. p. 25.

MOREIRA, Tatiana. Com 'ajuda' da economia, Bematech vai às compras. **Valor Econômico**, São Paulo, 23 dez. 2008. Empresas, p. B2.

Klabin mecaniza colheita de madeira

Estabelecida no Município de Telêmaco Borba, na região Centro-Oriental paranaense, a Klabin investiu aproximadamente R\$ 75 milhões na mecanização do corte de madeira, utilizada na produção de papel e celulose. O processo substitui completamente o uso de motosserras por tratores e braços mecânicos e permite que os resíduos florestais sejam melhor aproveitados pela caldeira da indústria.

A Klabin possui cerca de 220 mil hectares de florestas de pinus e eucalipto no Sul do País.

VIEIRA, André. Klabin investe em mecanização da colheita de madeira. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 dez. 2008. Empresas, p. B7.

Toshiba compra fábrica da Camargo Corrêa

A multinacional de capital japonês Toshiba comprou fábrica de equipamentos para transmissão e distribuição de energia elétrica localizada na Cidade Industrial de Curitiba. A planta pertencia à Camargo Corrêa Equipamentos e Sistemas SA. A Toshiba planeja diversificar a linha de produtos dessa unidade, com a fabricação de para-raios e subestações blindadas.

O ramo de produção de material elétrico da Toshiba está presente no Brasil há 40 anos, com fábrica no Município de Contagem (MG).

BERTOLDI, Andréa. Toshiba vai triplicar faturamento no Paraná. **Folha de Londrina**, 9 jan. 2009. Economia, p.1.

RIOS, Cristina. Toshiba quer triplicar faturamento no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 jan. 2009. p.20.

Visum fabricará *netbooks* em Curitiba

A Visum, fabricante de componentes de informática paranaense, firmou parceria com o grupo Asustek, de Taiwan. O acordo prevê a fabricação de dois modelos de *netbooks* (computadores portáteis de pequenas dimensões) e dois modelos de placas-mãe em Curitiba. Modelos importados da Asustek são comercializados no País desde 2007.

Fundada em 1993, a Visum possui quatro plantas no Paraná e uma em Manaus (AM). A empresa fornece componentes para a Positivo Informática e para a multinacional norte-americana Advanced Micro Devices (AMD). Em 2008, seu faturamento alcançou R\$ 165 milhões.

BORGES, André. Asus, de Taiwan, inicia produção no Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 jan. 2009. Empresas, p.B3.

IACOMINI, Franco. EeePC chega ao Brasil em parceria da Asus com a Visum. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2 fev. 2009. Tecnologia, p.5.

PRODUÇÃO nacional de PCs e celulares despensa. **Valor Econômico**, São Paulo, 6 fev. 2009. Empresas, p.B1.

O Boticário expande fábrica

A indústria de cosméticos e perfumes O Boticário investirá, nos próximos quatro anos, R\$ 85 milhões na sua fábrica em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. Os planos preveem que em 2012 a capacidade de produção seja 40% maior que a atual. A empresa planeja, também, construir um centro de distribuição, com 30 mil metros quadrados, no Município de Registro, no Estado de São Paulo. Estima-se que essa obra demande outros R\$ 85 milhões e funcione a partir do segundo semestre de 2009.

Em 2008, o faturamento da indústria alcançou R\$ 1,04 bilhão, 25% superior ao resultado de 2007. A rede de lojas franqueadas registrou faturamento de R\$ 2,8 bilhões, 20% maior do que o alcançado no ano anterior.

LIMA, Marli. O Boticário vai ampliar capacidade de produção. **Valor Econômico**, São Paulo, 18 fev. 2009. Empresas, p.B4.

RIOS, Cristina. Boticário ignora crise e faturamento bate pela 1.ª vez em R\$ 1 bi. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 fev. 2009. p.24.

SERVIÇOS

COMPAGAS planeja expansão

A Companhia Paranaense de Gás (COMPAGAS) planeja alocar, ao longo de 2009, R\$ 30 milhões na implantação de rede de distribuição em Jaguariaíva, Arapoti e Telêmaco Borba (região Centro-Oriental paranaense), com o objetivo de atender à demanda das indústrias produtoras de papel e celulose. Tem também a intenção de expandir sua área de atuação em Curitiba.

COMPAGAS investe mais. **Valor Econômico**, São Paulo, 23 dez. 2008. Empresas, p.B9.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2009

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 746	3 674	27 740	680 466	24 530
2009 ⁽¹⁾	3 213	8 724	2 715	43 834	153 457	3 501	26 341	583 985	22 170

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 570	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 665	157 680	1 631	647 430	55 605 943	85 887	36 751	146 564	3 988
2009 ⁽¹⁾	90 001	103 599	1 151	645 797	55 055 360	85 252

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2009

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	508 273	776 971	1 529	176 221	4 043 766	22 947	2 970 617	15 480 957	5 211
2009 ⁽¹⁾	609 595	780 617	1 281	189 285	4 169 289	22 027	2 817 554	12 422 845	4 409

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	447	1 023	2 289	3 971 913	11 780 089	2 966	1 138 809	3 102 134	2 766
2009 ⁽¹⁾	418	928	2 220	4 055 783	9 967 405	2 458

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dados não disponíveis.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-SET 2008

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Julho	168 954	22 726	39 401
1998	854 517	236 358	193 435	Agosto	183 387	24 239	38 801
1999	957 237	198 873	229 466	Setembro	166 480	23 182	34 590
2000	1 041 412	181 113	235 315	Outubro	195 040	31 336	36 530
2001	1 121 828	197 985	263 451	Novembro	187 998	28 162	36 271
2002	1 235 681	219 350	333 951	Dezembro	177 517	25 686	32 275
2003	1 344 398	219 774	359 139	2008 ⁽¹⁾	1 828 170	201 350	337 813
2004	1 557 747	276 806	340 568	Janeiro	207 622	23 875	36 983
2005	1 788 481	308 947	367 765	Fevereiro	185 110	21 375	33 944
2006	1 856 061	316 898	390 394	Março	193 812	20 218	34 780
2007 ⁽¹⁾	2 057 318	295 010	437 152	Abril	199 771	24 909	37 634
Janeiro	171 625	24 474	36 043	Maió	200 351	26 589	38 286
Fevereiro	148 550	22 662	33 603	Junho	200 858	23 403	39 267
Março	167 834	22 124	38 377	Julho	225 678	18 112	40 843
Abril	154 305	22 120	33 389	Agosto	202 628	19 546	37 427
Maio	174 150	25 067	40 391	Setembro	212 341	23 323	38 650
Junho	161 478	23 230	37 481				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-JAN 2009

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669
2006	2 930 533	29,30	1 146 908	11,47	5 742 323	57,41	182 177	1,82	10 001 941
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008 ⁽¹⁾	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 591	49,46	307 620	2,02	15 247 237
2009 ⁽¹⁾	280 167	37,52	129 165	17,30	327 767	43,90	9 563	1,28	746 662
Janeiro	280 167	37,52	129 165	17,30	327 767	43,90	9 563	1,28	746 662

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-JAN 2009

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 484
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008 ⁽¹⁾	15 247 237	14 570 362	676 874	197 942 443	173 196 634	24 745 809
Janeiro	1 022 941	803 112	219 829	13 276 884	12 334 133	942 751
Fevereiro	974 475	1 092 216	-117 741	12 799 920	11 919 588	880 331
Março	1 102 108	851 965	250 143	12 612 775	11 600 581	1 012 194
Abril	1 188 507	631 861	556 646	14 058 430	12 313 260	1 745 171
Maio	1 871 670	1 839 228	32 442	19 303 363	15 228 545	4 074 818
Junho	1 487 237	1 380 759	106 477	18 593 307	15 874 848	2 718 459
Julho	1 806 000	1 668 672	137 329	20 451 410	17 148 659	3 302 751
Agosto	1 373 400	1 365 898	7 502	19 746 867	17 472 187	2 274 680
Setembro	1 359 051	1 353 411	5 640	20 017 208	17 262 870	2 754 337
Outubro	1 215 134	1 577 236	-362 102	18 512 308	17 305 138	1 207 169
Novembro	868 686	970 847	-102 161	14 752 573	13 140 212	1 612 361
Dezembro	979 262	1 035 165	-55 903	13 817 398	11 516 629	2 300 769
2009 ⁽¹⁾	746 662	579 795	166 867	9 781 920	10 305 670	-523 750
Janeiro	746 662	579 795	166 867	9 781 920	10 305 670	-523 750

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2008

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)																
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Set/07
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	87,15	80,93	83,30	99,00	89,08	92,49	97,11	95,49	93,24	84,92
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	117,21	106,57	104,55	119,68	116,63	111,83	111,53	111,68	114,28	120,84
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	116,19	105,64	103,65	118,59	115,48	110,78	110,46	110,74	113,26	119,90
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	112,28	98,63	78,44	93,03	111,04	135,94	102,22	108,44	107,18	98,71
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	178,86	180,81	132,56	160,12	154,04	185,55	161,39	169,28	182,58	166,93
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	131,60	117,98	110,54	130,75	119,37	132,49	131,88	125,30	137,92	131,65
Livros, jornais, revistas e papeleria	100,00	86,81	86,80	83,57	87,13	107,72	107,90	107,87	81,91	77,40	75,18	80,79	86,27	74,08
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	338,15	282,28	250,16	332,66	274,27	300,74	323,06	347,85	355,91	352,63
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	165,88	144,08	121,11	145,25	156,53	166,21	143,97	143,64	157,85	150,55
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	121,49	112,28	102,99	120,18	117,44	122,43	116,22	117,35	120,89	119,66

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)															
	Out/07	Nov/07	Dez/07	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08	Mai/08	Jun/08	Jul/08	Ago/08	Set/08	Out/08	Nov/08	Dez/08
Combustíveis e lubrificantes	80,59	74,37	75,25	89,35	76,56	81,56	88,22	86,35	91,23	97,78	94,77	101,59	101,01	88,57	81,49	83,10
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	118,82	118,30	151,80	121,61	118,39	112,34	131,79	119,37	116,07	110,01	113,27	119,88	116,97	124,19	122,16	154,87
Hipermercados e supermercados	117,66	117,24	150,82	120,35	117,68	111,40	130,69	118,11	114,48	108,78	111,90	118,53	115,45	122,77	120,83	153,54
Tecidos, vestuário e calçados	105,38	112,49	195,85	117,36	113,12	85,23	99,63	128,54	133,14	114,23	111,10	112,42	113,61	103,49	100,90	192,86
Móveis e eletrodomésticos	189,45	191,95	271,70	196,48	202,10	157,89	181,37	175,80	208,00	183,11	198,97	197,05	189,80	203,93	190,79	268,94
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	138,69	139,12	163,56	149,73	133,32	123,26	142,56	131,88	150,59	143,68	157,74	152,41	152,40	154,45	158,46	196,02
Livros, jornais, revistas e papeleria	61,69	62,72	122,01	99,02	114,83	118,99	107,01	82,86	81,47	91,84	97,00	107,56	101,66	70,84	68,23	145,89
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	368,70	370,65	498,93	630,14	425,62	324,40	358,38	407,68	397,94	440,81	483,56	1034,15	1014,53	899,24	845,84	929,57
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	173,81	175,84	311,70	195,16	167,21	141,05	185,60	161,48	197,39	181,24	184,92	194,37	182,48	204,62	197,20	344,35
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	122,15	121,93	164,31	129,84	123,75	112,01	129,92	123,82	129,10	121,10	125,41	132,34	129,42	131,80	128,03	171,38

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2008

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																				
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	105,6	106,1	128,4	121,4
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	88,1	90,9	114,6	121,1
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	115,8	108,9	121,1	109,2
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	89,2	90,3	91,4	86,0
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	115,0	107,8	118,1	117,5
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	197,9	197,8	236,6	230,0
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	86,9	69,5	93,2	90,5
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	58,0	79,4	83,6	71,5
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	111,4	108,7	100,4	120,5	105,2
Minerais não-metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	90,8	97,7	108,8	119,6
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	90,7	99,3	121,9	113,3
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	123,6	125,8	147,1	130,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	122,2	116,2	131,6	137,9
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	167,6	176,0	238,0	185,7
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	81,9	84,5	92,6	93,4

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																				
	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Set/07	Out/07	Nov/07	Dez/07	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08	Mai/08	Jun/08	Jul/08	Ago/08	Set/08	Out/08	Nov/08	Dez/08
Indústria de transformação	124,9	122,6	127,4	136,7	123,3	145,6	126,0	117,0	130,6	125,3	118,9	130,8	133,6	142,5	137,9	146,6	139,1	141,1	109,1	133,1	109,2
Alimentos	116,6	127,3	127,0	138,1	127,7	133,3	113,0	95,7	110,7	94,9	78,8	103,8	111,5	125,3	123,2	137,5	122,9	123,8	97,5	115,3	94,2
Bebidas	105,7	88,9	97,7	116,3	111,8	123,2	165,9	177,6	119,1	114,0	102,1	120,1	109,3	105,1	102,4	103,8	123,2	125,6	105,5	143,8	174,0
Madeira	101,3	98,7	98,8	106,2	97,8	98,9	95,0	94,8	94,5	103,3	101,7	104,8	92,6	92,2	90,6	97,5	94,3	90,5	101,1	80,4	84,7
Celulose, papel e produtos de papel	111,7	119,5	120,3	124,6	91,4	114,3	106,2	123,2	131,2	131,9	123,1	131,3	133,5	135,1	136,9	142,3	119,2	139,0	113,3	139,6	129,7
Edição, impressão e reprodução de gravações	114,3	102,8	149,9	168,5	155,0	296,9	174,5	150,0	222,5	229,5	210,7	203,9	227,2	351,7	204,0	211,5	214,9	208,7	108,9	223,1	276,1
Refino de petróleo e álcool	106,0	99,1	92,6	106,1	103,5	105,6	69,8	103,0	100,5	91,2	89,1	94,5	99,4	108,6	106,6	113,5	88,0	103,2	102,6	105,6	103,8
Outros produtos químicos	72,6	89,9	90,5	106,1	101,2	102,5	67,2	67,8	65,7	78,4	66,2	51,7	68,0	56,2	86,2	82,6	56,2	74,6	83,2	40,3	44,3
Borracha e plástico	109,0	104,7	111,7	115,9	109,3	128,1	116,6	107,1	121,8	117,4	110,6	119,2	124,0	129,5	122,6	133,8	134,5	136,7	112,1	122,0	99,7
Minerais não-metálicos	115,5	87,5	83,2	83,1	79,0	100,3	93,0	83,0	118,1	100,6	106,9	111,8	112,0	119,2	120,1	130,0	134,2	129,7	119,7	121,9	110,5
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	125,9	97,7	120,1	127,0	106,8	110,3	90,1	91,0	112,1	98,0	96,6	105,5	117,0	118,1	121,3	127,8	122,9	123,7	101,1	119,1	94,2
Máquinas e equipamentos	155,1	152,7	162,6	141,1	145,0	166,8	165,4	158,2	155,8	161,5	158,1	170,4	165,2	172,8	170,1	142,4	165,7	165,9	116,0	158,9	123,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	152,2	139,1	153,9	165,0	129,6	137,0	137,0	134,8	128,1	150,1	136,1	129,1	117,9	123,1	143,3	145,8	129,5	129,1	100,4	118,4	114,8
Veículos automotores	233,0	215,8	228,0	255,2	206,3	289,6	275,5	194,8	256,7	245,3	260,0	297,0	287,1	265,9	272,4	315,7	323,1	299,4	135,2	274,4	105,0
Mobiliário	100,3	95,4	100,9	109,6	105,3	114,9	126,9	113,1	92,7	90,6	81,7	81,4	81,7	90,7	91,6	101,2	105,9	100,9	97,1	96,9	93,0

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

(2) Índice sem ajuste sazonal.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2008

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Set/07
Indústria geral	99,9	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	106,1	106,3	107,5	108,5	109,3	109,0	108,6	110,3	111,4
Indústrias extrativas	99,0	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	76,6	77,2	76,9	76,6	77,7	77,1	76,5	77,0	76,1
Indústria de transformação	99,9	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	106,5	106,7	107,9	108,9	109,7	109,4	109,0	110,7	111,9
Alimentos e bebidas	103,9	112,9	124,0	130,2	145,8	148,5	156,6	155,9	157,8	158,1	156,4	157,2	155,5	155,7	154,7	157,4
Fumo	160,7	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	110,7	301,0	409,6	411,3	389,2	279,8	84,3	85,2	86,0
Têxtil	103,9	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	91,5	90,4	93,1	92,8	92,6	92,2	91,7	94,3	92,8
Vestuário	99,1	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	122,1	125,6	127,4	130,4	130,9	127,7	126,2	129,7	130,2
Calçados e couro	102,3	94,2	84,9	77,5	87,3	100,3	104,4	93,6	98,0	100,7	99,8	100,5	101,0	108,8	112,5	113,2
Madeira	88,5	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	51,0	50,0	51,0	50,3	48,3	47,3	47,7	51,7	52,2
Papel e gráfica	99,8	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,5	125,7	126,8	126,9	127,4	128,1	127,0	127,3	129,9
Refino de petróleo e combustíveis	130,3	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	150,6	156,6	185,3	245,7	276,8	272,4	260,2	263,8	268,1
Produtos químicos	97,9	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	106,0	105,6	106,5	106,8	108,0	109,1	108,2	108,4	109,4
Borracha e plástico	99,1	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	93,5	94,0	94,8	94,7	96,4	97,5	96,3	97,2	93,3
Minerais não-metálicos	104,0	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	131,5	129,3	127,2	128,3	127,6	128,5	128,3	130,6	129,2
Metalurgia básica	109,3	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	65,3	65,8	65,9	65,7	66,1	67,0	66,5	69,1	69,3
Produtos de metal ⁽¹⁾	101,0	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	94,5	92,9	93,4	93,2	95,0	97,2	95,0	95,6	98,9
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,7	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	124,0	120,6	121,0	128,4	130,9	131,5	135,1	139,4	141,4
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	104,8	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	91,3	95,2	97,6	98,3	99,9	98,2	96,8	94,0	94,4
Fabricação de meios de transporte	97,0	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	133,7	133,4	135,7	137,5	139,6	141,4	142,2	145,5	148,6
Fabricação de outros produtos	99,1	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	65,9	64,4	63,9	63,5	64,4	66,5	65,4	65,2	66,2

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	Out/07	Nov/07	Dez/07	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08	Mai/08	Jun/08	Jul/08	Ago/08	Set/08	Out/08	Nov/08	Dez/08
Indústria geral	111,3	110,9	108,7	110,0	109,4	109,9	110,2	110,8	110,4	110,7	111,1	111,5	111,0	110,9	109,1	105,4
Indústrias extrativas	76,2	76,4	75,2	75,7	73,0	75,4	75,9	75,8	75,9	75,4	74,7	74,8	76,5	76,8	77,6	76,8
Indústria de transformação	111,7	111,3	109,2	110,5	109,8	110,4	110,6	111,2	110,8	111,1	111,6	111,9	111,5	111,3	109,5	105,8
Alimentos e bebidas	157,4	157,4	155,9	161,2	161,4	160,2	160,9	161,6	160,5	160,4	162,6	160,9	162,9	163,9	162,4	156,4
Fumo	89,0	98,4	99,2	146,9	129,1	160,9	229,3	230,5	220,0	166,4	106,5	104,5	103,7	101,2	102,0	108,3
Têxtil	86,1	85,8	83,6	84,6	84,8	88,5	88,2	87,7	85,9	85,5	85,0	86,0	85,5	81,4	79,3	77,1
Vestuário	126,1	127,6	121,5	114,1	116,5	119,3	117,9	119,3	117,1	116,5	114,2	116,3	116,6	114,6	103,4	97,1
Calçados e couro	114,5	113,1	97,3	100,2	96,6	98,7	100,2	104,5	102,5	102,4	106,9	111,5	106,9	98,9	88,2	84,8
Madeira	51,1	49,2	49,0	45,5	50,4	50,2	49,7	48,7	48,2	47,1	44,2	43,4	42,7	41,7	41,1	38,7
Papel e gráfica	129,8	128,5	127,3	125,1	124,0	124,4	123,5	123,9	123,75	123,9	123,9	127,4	126,4	127,9	127,8	124,1
Refino de petróleo e combustíveis	268,1	254,7	177,3	259,3	159,3	168,6	212,1	260,8	273,0	292,8	295,4	293,0	292,7	293,3	291,1	279,4
Produtos químicos	108,7	109,0	108,8	104,7	110,9	111,7	111,9	112,0	113,1	112,1	114,8	115,1	89,1	87,2	89,5	88,5
Borracha e plástico	94,3	93,7	91,0	92,3	88,0	89,6	90,1	90,0	90,7	94,7	93,9	94,4	95,4	95,3	93,9	91,6
Minerais não-metálicos	132,5	132,1	131,8	134,3	133,5	132,0	134,2	134,0	137,4	133,2	136,6	135,6	132,6	134,1	134,6	133,7
Metalurgia básica	72,2	71,6	71,1	72,2	72,0	70,1	71,2	70,7	71,3	72,1	71,1	72,8	73,4	73,7	74,1	73,4
Produtos de metal ⁽¹⁾	99,4	99,2	97,6	101,3	98,3	97,3	95,8	97,0	95,7	100,0	103,6	105,5	105,1	104,9	107,1	104,8
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	143,8	145,7	147,7	161,5	153,1	158,9	160,5	159,6	160,1	163,0	165,6	166,0	165,8	166,4	163,5	155,3
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	93,2	91,0	90,2	105,2	96,6	98,1	99,7	101,8	105,2	105,6	107,4	107,6	110,9	110,5	109,9	108,9
Fabricação de meios de transporte	149,0	149,7	149,4	150,7	147,4	147,9	150,3	149,4	151,3	151,9	152,0	150,0	155,0	155,6	150,7	146,5
Fabricação de outros produtos	68,9	69,6	70,4	64,7	68,7	67,3	64,4	63,8	61,0	60,5	62,1	63,7	65,2	66,6	67,8	65,5

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-JAN 2009

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
Janeiro	6 271	2 521	928	2 973	-376	-	12 317
Fevereiro	4 606	1 658	2 389	5 895	182	-	14 730
Março	9 166	809	3 402	6 973	4 735	-	25 085
Abril	9 961	1 647	4 015	5 645	5 079	-	26 347
Mai	5 167	3 095	3 015	4 541	921	-	16 739
Junho	4 141	1 784	3 386	3 225	1 408	-	13 944
Julho	3 700	2 722	2 298	4 546	369	-	13 635
Agosto	3 474	1 831	3 998	5 264	128	-	14 695
Setembro	6 264	1 623	4 454	4 594	469	-	17 404
Outubro	387	380	3 276	1 603	355	-	6 001
Novembro	-4 974	-747	4 690	1 236	-377	-	-172
Dezembro	-25 398	-3 610	-2 784	-11 217	-6 813	-	-49 822
2009	-638	1 631	-912	2 456	-945	-	1 592
Janeiro	-638	1 631	-912	2 456	-945	-	1 592

FONTE: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2008

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Varição Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Varição Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,48	1 699 948	1,1
2004	122 434	4,94	1 941 498	5,7
2005	126 677	-0,10	2 147 239	3,2
2006	136 681	1,40	2 369 797	3,8
2007 ⁽³⁾	150 712	6,0	2 597 611	5,7
2008 ⁽³⁾	167 777	5,8	2 889 719	5,1

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IparDES para o Paraná.

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347
Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: ipardes@ipardes.gov.br